



ENCONTRO NACIONAL DE DIREÇÕES ASSOCIATIVAS  
PORTO, 11 E 12 DE MARÇO DE 2017

## Pelo cumprimento dos acordos de concessão de bolsas a estudantes provenientes dos PALOP

O regime especial de ingresso ao Ensino Superior abrange Estudantes Nacionais dos Países Africanos de Expressão Portuguesa que sejam bolseiros do Governo Português, dos Governos respetivos, da Fundação Calouste Gulbenkian, ou que estejam ao abrigo de convenções com a União Europeia e que sejam titulares do 12º ano de escolaridade do Ensino Secundário Português, ou equivalente.

O Governo de Portugal celebra acordos com vários países africanos de expressão portuguesa de modo a permitir que estudantes oriundos dos mesmos, tenham a possibilidade de frequentar o Ensino Superior Público português, fomentando assim a integração destes Estudantes, tanto no contexto nacional, como no contexto europeu.

Estes estudantes apresentam a sua candidatura ao Ensino Superior Público português através deste regime, por via diplomática, no âmbito dos acordos de cooperação firmados pelo Estado Português, que contemplam um apoio monetário. Entenda-se, também que os estudantes com este estatuto, no ato de inscrição da respetiva instituição do Ensino Superior à qual se candidatam contam com este apoio escolar, dependendo, por vezes, do mesmo para fazer o seu percurso escolar. Contudo, os prazos estipulados para o pagamento destas bolsas não são cumpridos e chegam, inclusivamente, a não ocorrer, resultando numa incapacidade financeira destes estudantes para se manter no Ensino Superior, agravando as estatísticas de abandono escolar. O incumprimento dos acordos supracitados acontece pelos mais diversos motivos, nomeadamente, motivos burocráticos e financeiros ou de falhas na comunicação entre as tutelas, resultando na não atribuição dos valores monetários definidos nesses mesmos acordos, impactando de forma extremamente negativa a permanência dos estudantes no Ensino Superior.

Por esse motivo, as Federações e Associações Académicas e de Estudantes, reunidas na sede de Encontro Nacional de Direções Associativas, nos dias 11 e 12 de março, vêm pedir ao Governo de Portugal que exerça junto dos países incumpridores com os quais tem acordos firmados, uma pressão diplomática, apelando ao seu cumprimento, sujeitando estes mesmos acordos a uma revisão que vá de encontro ao panorama atual e deste modo garantir que, os



ENCONTRO NACIONAL DE DIREÇÕES ASSOCIATIVAS  
PORTO, 11 E 12 DE MARÇO DE 2017

estudantes abrangidos por este regime especial, recebam todos os apoios com os quais as respetivas entidades se comprometeram e que são de seu direito.

